

País está em uma encruzilhada, diz técnico

Rio — O chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Nogueira Batista Júnior que uma das suas missões como futuro auxiliar do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na área de economia internacional, será a de ajudar na busca de alternativas para a negociação da dívida externa brasileira.

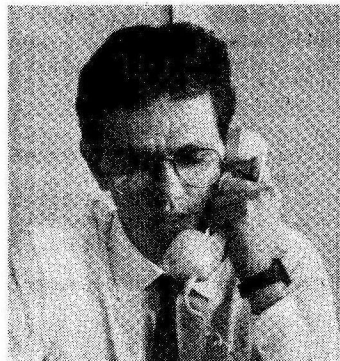
O Economista esclareceu que, continuará, porém, trabalhando na Fundação Getúlio Vargas, na mesma função que desempenha atualmente, e residindo no Rio de Janeiro. Assim — disse — não é correta a notícia de que iria se transferir para o Ministério da Fazenda, em Brasília, definitivamente.

Acrescentou Nogueira Batista Júnior, que vai trabalhar com o ministro e sua equipe na qualidade de consultor, verificando as implicações diversas da dívida externa — que segundo estimativa do Banco Central será, no final deste ano, de US\$ 102 bilhões — e auxiliando na preparação de reuniões multila-

terais para tratar do problema.

Dias atrás, o economista, que já pertenceu aos quadros da Seplan e é uma dos maiores especialistas em dívida externa, disse que o Brasil tem, como alternativas para resolver a questão, negociar duro com seus credores, explorando ao máximo seu poder de fogo ou usar a alternativa convencional. Esta última seria a de um país que teve problemas de pagamento da dívida externa no passado, superou-o em parte e teria supostamente condições de voltar ao mercado internacional de empréstimos.

Essas duas alternativas — e a necessidade do Brasil adotar uma delas — são, segundo Paulo Nogueira Batista Júnior, uma encruzilhada. O país está numa fase indefinida quanto ao que fazer com sua dívida externa, mas precisa tomar uma opção estratégica. Pela alternativa “convencional”, tentaria ficar como um “devedor especial”. Esta escolha, porém, decorre de uma visão equivocada, porque ignora o fato básico de



Paulo Batista Junior

que os bancos credores tomaram a decisão estratégica de se desengajarem da América Latina não querem dar novos empréstimos mas, ao mesmo tempo, pretendem continuar a receber integralmente os juros, e, se possível, parte do principal, disse.

Se essa observação for verdadeira — diz Paulo Nogueira Batista — é pouco provável que o Brasil consiga voltar ao merca-

do rapidamente e obter os empréstimos bancários em escala significativa. Outro ponto importante para discordar dessa alternativa lembra, é que o país estaria subutilizando sua capacidade de barganha, pois teria que evitar ao máximo atritos na negociação da dívida já existente.

Desde que o FMI foi afastado do processo de negociação da dívida externa e não monitorou mais a economia interna brasileira, que o país vem adotando uma posição de endurecimento com a questão, recorda Nogueira Batista Jr. Isto começou em setembro do ano passado, quando o ministro da Fazenda, Dilson Dunaro, assumiu o cargo e foi até fevereiro deste ano. O Brasil, com o endurecimento junto ao FMI, passou a negociar direto com os bancos credores. Outro resultado dessa posição foi o fim das distorções decorrentes da prática do “relen-ding” cobrança de comissões pelos bancos credores para facilitar o reempréstimo de recursos).